

# TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS PROMOTORES DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES NEGRAS NO IFRN

## TERRITORIES OF RESISTANCE: MAPPING OF SPACES PROMOTING PEDAGOGICAL PRACTICES TO COMBAT GENDER VIOLENCE AGAINST BLACK WOMEN IN IFRN

Maria Carolina Xavier da Costa<sup>1</sup>

Ilane Ferreira Cavalcante<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo mapear os espaços promotores de práticas pedagógicas de enfrentamento à violência de gênero contra mulheres negras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Teoricamente, utilizamos Gonzalez (2020), Costa, Lima Neto e Thomas (2024), Costa e Lima Neto (2024), Costa (2022), Franco (2016), Veiga (2011), Araujo (2014) e Araujo e Frigotto (2015). A pesquisa ocorreu em duas fases: a primeira envolveu a aplicação de um formulário do Google. Na segunda fase, foi realizada uma análise documental dos espaços mapeados com base na Análise Textual Discursiva (ATD). Foram apontados nove espaços, sendo os selecionados para este estudo o Observatório da Diversidade, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade (NEGêDi) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Esses centros fazem parte das políticas institucionais de promoção da igualdade e da diversidade no IFRN. A análise desses espaços nos permite compreendê-los como territórios de resistência. Eles representam a possibilidade de construir um ambiente escolar mais digno e justo para mulheres negras, cujas experiências são marcadas pelas interseções entre racismo e sexismo.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero; Mulheres Negras; Práticas Pedagógicas de Resistência; Educação Profissional.

**Abstract:** This study aimed to map the spaces that promote pedagogical practices to combat gender-based violence against black women at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN). Theoretically, we used Gonzalez (2020), Costa, Lima Neto, and Thomas (2024), Costa and Lima Neto (2024), Costa (2022), Franco (2016), Veiga (2011), Araújo (2014), and Araújo and Frigotto (2015). The research occurred in two phases: the first involved the application of a Google form. In the second phase a documentary analysis of the mapped spaces was carried out based on Discursive Textual Analysis (DTA). Nine spaces were pointed out, and the ones selected to this study were the Diversity Observatory, the Center for Gender and Diversity Studies (NEGêDi), and the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI). These centers are part of the institutional policies to promote equality and diversity in IFRN. The analysis of these spaces allows us to understand them as territories of resistance. They represent the possibility of building a more dignified and fair school environment for black women, whose experiences are marked by the intersections between racism and sexism.

**Keywords:** Gender Violence; Black Women; Pedagogical Practices of Resistance; Professional Education.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

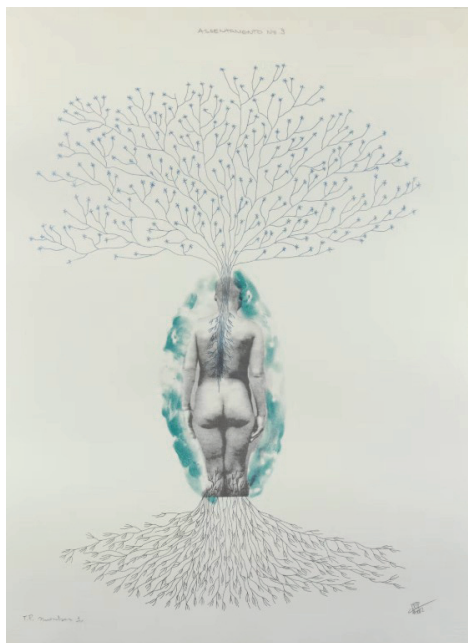
1 Doutora em Educação - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; E-mail: caroliinaxavier1@gmail.com; ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3863-6683>.

2 Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Professora - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; E-mail: [ilane.cavalcanti@ifrn.edu.br](mailto:ilane.cavalcanti@ifrn.edu.br); ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1783-9879>.

## 1 Assentando as ideias para entrar no território

Uma mulher negra é posta no centro do quadro. Sua silhueta nua revela um corpo atravessado por violências coloniais, trata-se provavelmente de uma mulher negra escravizada. Na obra *Assentamento n° 3* (2012) de Rosana Paulino, esse corpo é também tronco que sustenta uma árvore. A figura feminina está protegida e destacada por uma aura azul que parece ter sido feita em técnica de aquarela. De suas pernas brotam raízes que se fincam e se espalham pelo solo, essas raízes representam fundação, ancestralidade, fixação. Da coluna vertebral dessa mulher se ergue uma estrutura que atravessa sua cabeça e se desdobra em uma linda ramificação de galhos que dão vida à parte superior da árvore. A mulher parece fecundar e ser fecundada pela terra. Suas raízes, tronco, corpo e cabeça sustentam a árvore cujos galhos azuis florescem em resistência. Na verdade, essa mulher não apenas sustenta, é a própria árvore. Apreciemos a obra:

**Figura 1:** Assentamento n° 3



Fonte: Rosana Paulino (2012) no Museu Afro Brasil Emanuel Araujo em 2024.

Assentar pode significar o ato de habitar um espaço, se estabelecer ou se fixar em um lugar, ou mesmo registrar algo por escrito. No candomblé, o assentamento é um ritual que transforma a terra em um território sagrado e nesse processo há o envolvimento do plantio da energia coletiva da comunidade. A obra de Rosana Paulino (2012) é um convite a pensar o

corpo feminino negro como um território marcado historicamente por dores, cicatrizes, silenciamentos, mas também como solo fértil de resistência, germinação e florescimento em meio à aridez da violência. Esse corpo, como evoca Conceição Evaristo (2017, p. 13), no poema *Todas as manhãs*, guarda sementes de futuro, de esperança: “onde negras sementes resistem / reamanhecendo esperanças em nós”.

Em *Assentamento n° 3* (2012) vemos um corpo feminino negro que está sendo assentado, pois se enraíza de uma forma resistente em um território e conseguiu germinar, fertilizar a terra em solo formado por lágrimas negras. Esse corpo assentado está sendo recolocado em dignidade, enraizado em memória e fecundado por esperanças. A obra nos instiga a refletir sobre os espaços de assentamento e, dentre eles, na educação, os que promovem práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra mulheres negras. Nesse estudo, o espaço é o do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e nele se buscam os territórios de resistência, de enraizamento, de florescimento e esperança. Diante disso nos indagamos: quais são os territórios de resistência que promovem práticas pedagógicas de enfrentamento à violência de gênero sofrida por mulheres negras no IFRN? Para responder a essa questão, seguimos o objetivo geral de mapear os espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra as mulheres negras no IFRN.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se consolidado como um território de disputa entre dois projetos de sociedade distintos, de um lado temos aqueles que buscam a conformação dos sujeitos com base na realidade dada e no outro temos aqueles que buscam a transformação social (Araujo; Rodrigues, 2010). Ao mesmo tempo, a EPT também se configura como um território no qual a violência de gênero é frequente, tendo em vista que, segundo trabalhos recentes, esse espaço é propício à reprodução das desigualdades de gênero, além de ser uma área vista como masculina e composta por vivências de violência (Saueressig; Prates, 2024; 2021; Fioravanti; Brancher, 2022).

A violência de gênero contra mulheres negras é uma realidade estrutural que atravessa o cotidiano das instituições de EPT, como o IFRN. Isso pode ser notado por episódios de assédios vivenciados nas relações entre alunas e professores, alunos e alunas ou mesmo pelas omissões e silenciamentos institucionais (Costa; Lima Neto; Thomas, 2024; Costa; Lima Neto, 2024).

Contudo, mesmo nesse território de violências e desigualdades, as estudantes negras têm construído formas de resistência (Costa, 2022). O que nos leva a reconhecer a EPT também como um território de resistência

e luta, habitado por pessoas, grupos, ações coletivas que se constituem a partir de práticas pedagógicas comprometidas com um território educacional mais justo, digno, que reivindique o direito ao bem viver para todas as pessoas presentes no ambiente escolar.

O presente artigo está estruturado em cinco partes, a primeira é composta por esta introdução. Na segunda é apresentado o referencial teórico, no qual debatemos as raízes coloniais e a permanência das estruturas sobre a violência de gênero contra as mulheres negras no âmbito da EPT. Em seguida, partimos para os aspectos metodológicos, importantes para conduzir o caminho até o mapeamento. Na quarta, analisamos os dados coletados a partir de formulário *Google* e documentos institucionais e, por fim, encerramos com nossas considerações finais.

## **2 Raízes coloniais e permanência das estruturas: a violência contra mulheres negras na EPT**

Para pensar sobre os espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra as mulheres negras no IFRN nos conduzimos por uma perspectiva interseccional e decolonial, construindo um cruzamento de duas opressões, o sexismo e o racismo. Essa noção sobre a violência sofrida pela mulher negra se orienta pelos estudos de Gonzalez (2020), que nos ajuda a entender a violência como um mecanismo estruturante do sistema escravista e de sua lógica de dominação tanto racial quanto patriarcal.

Essa perspectiva de violência orienta nossa investigação não somente como fundamentação teórica, mas também direciona o nosso olhar analítico sobre o mapeamento realizado. Sendo assim, os espaços identificados são vistos com base nas categorias exploradas ao longo do referencial, essas se fazem importantes, pois nos ajudam a entender a realidade vivenciada no ambiente escolar e nos orientam a interpretar os dados empíricos e documentais. Desse modo, é possível avaliar de forma mais efetiva, com base no processo de varredura e nos documentos, em que medida esses espaços mapeados produzem práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra mulheres negras, ou seja, percebendo se eles tensionam as estruturas coloniais que sustentam essa violência marcadamente moldada pelo racismo e sexismo e que persistem até hoje no solo do IFRN.

É no Brasil colônia que se formam muitos dos preconceitos que os corpos negros vivenciam atualmente. Gonzalez (2020) cruza raça e gênero, pontuando que o racismo se constitui como a sintomática que vai caracterizar a neurose cultural brasileira e sua articulação com o sexismo produz efeitos

violentos sobre a vida das mulheres negras. A autora ancora essas vivências violentas nas noções da mulata, da doméstica, da mucama e da mãe preta, analisando que esses são resquícios de um passado escravocrata que ainda estão presentes em nossas vidas e revelam a continuidade de estruturas que naturalizam a violência, a subalternização e a exploração dos corpos das mulheres negras. Sendo assim, pensamos sobre a violência de gênero contra as mulheres negras no ambiente escolar sob essas perspectivas.

Gonzalez (2020) trabalha com a figura da mulata no carnaval, ressaltando como o endeusamento festivo da mulher negra esconde sua objetificação. Esse imaginário sexualizado, ou hipersexualização sobre o corpo da mulher negra, tem fortes raízes históricas no período da escravidão, pois é possível ver isso a partir da figura da mucama, uma jovem escravizada que servia dentro da casa-grande. A mucama era submetida a múltiplas tarefas domésticas como lavar, passar, cozinhar, costurar e amamentar os filhos de seus senhores, o que lhe conferia o papel de ama de leite. Dentro desse ambiente, também foi hipersexualizada, tendo sido comumente utilizada como objeto sexual por seu senhor branco. Além de torturadas e punidas cruelmente por suas senhoras brancas, eram próximas da família, mas não pertencentes verdadeiramente a ela.

É nesse percurso que a figura da mãe preta se forma, ou seja, segundo Gonzalez (2020), em função de atuação como mucama, a mulher negra dá origem à figura da mãe preta. Que é aquela responsável por cuidar, alimentar e educar os filhos de seus senhores brancos, enquanto, muitas vezes, é separada do seu próprio filho. A partir da função de ama de leite surge uma personagem carregada de ambiguidade, pois ela é símbolo de afeto e cuidado, mas ao mesmo tempo de apagamento e servidão. Contudo, Gonzalez (2020) enxerga o perfil de resistência construído em torno dessa personagem, pois seus saberes, histórias e cantigas, muitas de origem africana, foram repassados para as crianças brancas que elas educavam, sendo apropriados e ressignificados dentro da lógica colonial, contribuindo, assim, com o fortalecimento da identidade negra, infelizmente em um cenário de silenciamento e dores dessas mulheres.

Alguns ambientes educacionais reproduzem papéis coloniais que podem ser assimilados às figuras da mucama e da ama de leite. Costa, Lima Neto e Thomas (2024), Costa e Lima Neto (2024) e Costa (2022), analisaram casos de violência de gênero envolvendo alunas e ex-alunas do Ensino Médio Integrado no IFRN. As participantes da pesquisa eram jovens cisgênero, negras, cujo rendimento mensal familiar estava inserido na classe média baixa e uma delas em estado de maior vulnerabilidade. Ao analisar os casos é possível

perceber que as dinâmicas históricas do Brasil colônia seguem presentes nas relações escolares, principalmente quando observamos a violência de gênero sofrida pelas mulheres negras no IFRN.

Casos de racismo, assédios de docentes com toque corporal, relatos de estudantes que sentem terem seu corpo hipersexualizado em todos os espaços por onde transitam, reforçam a objetificação e a violência sofridas pelo corpo feminino negro. O que amplia a leitura de que o corpo da mulher negra é frequentemente reduzido a um objeto de desejo e sempre está autorizado a ser tocado, estando disponível à dominação masculina, isso também realça a questão da hipersexualidade do corpo negro e nos faz retomar as situações vivenciadas pelas mucamas no Brasil colônia.

Um caso em que o docente tenta intimidar, constranger, impor limites, proibições e obrigações a uma estudante negra reforça a maneira como se tenta docilizar o corpo da jovem (Costa; Lima Neto; Thomas, 2024). O excesso de controle e dominação em torno do corpo negro nos sinaliza intersecções de opressões raciais e sexistas que se conectam e fazem direcionar o nosso olhar às lógicas coloniais de subordinação.

A falta de apoio psicológico e institucional, inadequações em processos de sindicância investigativa, relato de estudante que se sente desvalorizada, intimidada e invisibilizada no IFRN, nos fazem lembrar da condição histórica vivenciada pela ama de leite no Brasil colônia, pois a estudante foi até tolerada pela instituição, mas não verdadeiramente acolhida, ou seja, não pertence a ela. Com base nesses relatos, conseguimos capturar um breve retrato sobre como os corpos negros femininos vivenciam a violência de gênero em uma instituição de EPT. A tentativa de controle institucional desses corpos e as violências que eles viveram nos fazem refletir sobre a persistência de estruturas coloniais nos ambientes educacionais.

Diante do que foi exposto, compreendemos a violência de gênero contra a mulher negra dentro do ambiente da EPT como um fenômeno complexo de opressão estrutural e historicamente construída, com bases fortes na colonialidade e que opera na intersecção entre racismo e sexismo. A violência de gênero pode atingir a mulher negra nas mais diversas dimensões seja sexual, moral, física, simbólica, institucional, emocional, psíquica, psicológica, intelectual, financeira, patrimonial, epistêmica, social ou jurídica. O modo de operação do processo de escravização do Brasil colônia contribuiu com o fortalecimento da violência contra mulheres negras escravizadas, transformando a figura de seu corpo na perspectiva da servidão, da desumanização, da hipersexualização, do controle, da subalternidade e do apagamento.

Além de pensar sobre violência de gênero contra mulheres negras também é preciso entender o que são as práticas pedagógicas, como elemento que conduz o presente artigo, pois nosso intuito é mapear os espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra as mulheres negras no IFRN. Segundo Franco (2016, p. 536), algum ato se configurará como prática pedagógica quando:

[...] incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados.

Veiga (2011) entende práticas pedagógicas como uma prática social que é orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos e que está inserida em um contexto da prática social. Além disso, para ela, a prática pedagógica não pode ser entendida como uma atividade neutra ou técnica, tendo em vista que está constituída por uma relação dialética entre teoria-prática. Há o lado teórico, representado por um conjunto de ideias formadas pelas teorias pedagógicas e o lado prático pelo qual essas teorias são colocadas em ação. Sendo assim, teoria e prática estão em indissolúvel unidade, se influenciando mutuamente, uma tem a presença da outra ao mesmo tempo e apontam para uma finalidade pedagógica, ou seja, para uma transformação.

A mesma linha de pensamento é seguida por Araujo (2014), que pensa as práticas pedagógicas como práticas intencionais de ensinar e de aprender. Dentro de um IF as práticas que são referidas devem aproximar servidores e estudantes guiadas por um projeto humanizador e afetivo e pautadas em uma leitura ampla da realidade. Além disso, devem estar conectadas a um projeto social capaz de proporcionar autonomia aos estudantes.

Ainda é possível ressaltar que não entendemos práticas pedagógicas como algo limitado ao que é visível, por exemplo, materializada em um roteiro didático, ou aula, mas ao que está fora da sala de aula e até mesmo da escola. Sendo assim, compartilhando do pensamento de Franco (2016, p. 541), a prática pedagógica é algo que se organizaria em torno de uma intencionalidade “para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social”.

A EPT defendida pelo IFRN deve promover práticas pedagógicas integradoras. Segundo Araujo e Frigotto (2015), o sentido dado ao ensino integrado deve estar alinhado à totalidade, ou seja, pela compreensão das partes em sua articulação com o todo social. Essa concepção propõe práticas pedagógicas que promovam a formação ampla do sujeito em suas dimensões

físicas, intelectuais, éticas, sociais. O ensino integrado para os autores é um projeto pautado em um conteúdo político-pedagógico engajado que se compromete com o desenvolvimento de ações formativas integradoras que promovam autonomia e ampliem os horizontes e a liberdade dos seus sujeitos, sejam eles alunos, professores ou demais figuras do ambiente escolar.

Assim, para que as práticas pedagógicas integradoras se concretizem, é preciso que os sujeitos do processo educativo assumam uma atitude humana transformadora. Essa atitude deve se materializar em compromisso político com os trabalhadores e com uma sociedade mais justa e igualitária. Tendo em vista que as práticas pedagógicas não nascem e nem se encerram na escola, elas se constituem no atravessamento de um projeto de sociedade e seus efeitos e relações estão para além do espaço escolar.

Portanto, uma prática pedagógica integradora requer uma perspectiva que transforme a realidade, amplie as capacidades humanas, gere autonomia, ou seja, gere a capacidade de cada sujeito compreender a realidade de modo crítico, articulado a uma totalidade social. Infelizmente, como podemos ver nos estudos citados anteriormente, o IFRN reproduz algumas práticas que estreitam a autonomia e transformação de seus estudantes, práticas não integrativas. Ao vivenciar práticas pedagógicas com violência de gênero em um espaço como o IFRN, seu sentido de integração, de formação humana na verdade se desintegra. Esse cenário nos faz pensar sobre a complexidade e as contradições pertencentes aos grupos humanos, evidenciadas tanto pela interseccionalidade quanto pelo marxismo. A partir dessas perspectivas, compreendemos que o ambiente escolar, em particular, o IFRN, é atravessado por conflitos e tensões inerentes a nossa sociedade, mas também pode ser constituído como um espaço de possibilidade e resistência.

As violências de gênero sofridas pelas estudantes negras no IFRN, materializadas em toque corporal, provocações verbais, intimidações, objetificação entre outras, podem ser vistas em uma combinação de dimensões da violência como a simbólica, psicológica, sexual, institucional. A vivência de qualquer tipo de violência dentro do ambiente educacional viola a dignidade e humanidade e desintegra as práticas pedagógicas (Costa; Lima Neto, 2024; Costa; Lima Neto; Thomas, 2024). Mas o trabalho do presente artigo não é apontar práticas de violência de gênero contra mulheres negras. Nosso intuito é apontar as práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra as mulheres negras e, ao pensar nessa temática, visualizamos que elas podem ser nomeadas como práticas pedagógicas de resistência.

Segundo Gonzalez (2020), desde 1559 há relatos sobre a formação dos primeiros quilombos, formas alternativas de sociedade existentes em todo o

Brasil, como espaços de resistência organizada do povo negro contra toda a exploração sofrida. Os negros também resistiram por meio de movimentos urbanos armados, que partiram em grande medida da iniciativa dos escravos do eito, ou seja, aqueles que trabalhavam diretamente para a sustentação econômica da colônia.

Contudo, além desses movimentos de resistência mais visíveis, havia também as mulheres negras, como as mucamas, que deram origem à figura da mãe preta. Embora comumente retratadas como figuras de fácil integração e de suposta harmonia racial, ou aquela que aceitou passivamente a escravidão, na verdade, a mãe preta foi um sujeito central na resistência do povo negro. Foi ela quem cuidou e educou os filhos de seus senhores e assim transmitiu costumes, aspectos linguísticos e histórias do imaginário popular africano. Ou seja, há variações no que diz respeito aos modos de resistência, tendo aquelas mais ativas e as resistências mais passivas, como apontado por Gonzalez (2020), na figura da mãe preta.

As estudantes do IFRN também constroem suas práticas de resistência. Ao ser assediada, uma jovem relatou a Costa (2022) que abriu um processo administrativo e encontrou apoio junto a outras estudantes do Apoio a Mulheres Estudantes (AME). As estudantes desenvolveram resistências passivas (rodas de conversa, reuniões de esclarecimento sobre processos administrativos contra assédio, debates, exibição de filmes, lives, pesquisas sobre documentos institucionais) e ativas (abertura de processos administrativos contra assediadores e batucadas). Ou seja, a jovem institucionalmente não encontrou espaço para expressar suas dores, mas assim como a mucama e a ama de leite, ela resistiu e adequou formas de resistir. As alunas do EMI, portanto, também constroem estratégias de resistência frente ao silêncio e à violência institucional.

Sendo assim, a articulação entre o pensamento de Gonzalez (2020) e os casos de violência de gênero envolvendo alunas e ex-alunas do Ensino Médio Integrado no IFRN relatados por Costa, Lima Neto e Thomas (2024), Costa e Lima Neto (2024) e Costa (2022), somado ao entendimento sobre as práticas pedagógicas e a perspectiva de resistência, constituem um suporte teórico que orienta o mapeamento dos espaços investigados ao longo do presente artigo. Essas categorias são lentes que nos permitem identificar, nos dados empíricos e documentais, se atualmente tem-se construído outros lugares capazes de quebrar a reprodução da lógica colonial que violenta as mulheres e que sejam capazes de construir práticas pedagógicas de combate a essa violência. Assim, o olhar sobre esses espaços de combate à violência de gênero contra as mulheres negras no IFRN é conduzido pela busca por ações

que rompam com essa dor histórica e que transformem o ambiente escolar em um local mais seguro e acolhedor.

### 3 Aspectos metodológicos: como entrar no território?

Antes de entrar nos territórios de resistência composto pelos espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra as mulheres negras no IFRN precisamos esclarecer como chegamos aos nossos resultados. Metodologicamente, recortamos a pesquisa em duas fases. A primeira esteve concentrada na aplicação do formulário *google*, momento inicial para o mapeamento das ações a serem analisadas. É a segunda, na análise de documentos ligados aos grupos selecionados em nosso mapeamento. Por ser recorte de uma pesquisa de doutorado que envolve entrevistas, precisamos realizar os procedimentos de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos obtendo aprovação (número do CAAE 82732224.4.0000.0225) em 2 de outubro de 2024.

Após a aprovação, iniciamos a divulgação do formulário. Solicitamos à equipe de comunicação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) que enviasse um *e-mail* aos servidores do IFRN, convidando-os a preencher o formulário, disponível entre os dias 15 a 30 de outubro de 2024. Além disso, também fizemos a divulgação via *WhatsApp* nos grupos formados por servidores aos quais tínhamos acesso. Ressaltamos que o curto período de aplicação do formulário pode ser visto como uma limitação para a pesquisa, tendo em vista que restringiu a ampliação de sua circulação. Essa delimitação temporal decorreu das exigências formais do curso de doutorado do programa de pós-graduação, cujo calendário acadêmico prevê a realização dos seminários semestrais, tendo sido necessário acelerar o processo para que as avaliações do componente curricular fossem cumpridas. Somado a isso, o cronograma também foi impactado pelo tempo necessário para os tramites do processo de submissão e aprovação da pesquisa junto ao CEP. Mesmo com esse prazo curto conseguimos alcançar um número de respostas que permitiu cumprir com os nossos objetivos de identificar os espaços necessários para a realização da pesquisa.

○ formulário foi composto por duas partes, a primeira estava direcionada a perguntas mais gerais sobre os servidores, e a segunda se concentrou nos espaços de combate à violência de gênero no IFRN. No quadro 1 encontram-se as perguntas realizadas:

**Quadro 1** - Perguntas feitas no formulário Google

Perguntas	
1. Qual é o seu cargo no IFRN?	Parte I: Dados gerais sobre os servidores
2. Você exerce outra função de apoio ou gestão no IFRN, se sim, poderia nomear e descrever sua função?	
3. Como você se identifica quanto ao seu sexo?	
4. Como você se identifica quanto à identidade de gênero?	
5. Qual é a sua titulação mais alta?	
6. Qual é o seu campus de exercício?	
7. Você já participou de algum coletivo, espaço de apoio, observatório, núcleo dentre outros espaços no IFRN que trabalhasse com as temáticas de combate à violência de gênero contra mulheres?	
8. Nesse espaço haviam ações específicas para as mulheres negras?	
1. Que espaço foi esse? Coloque o nome por extenso, a sigla, campus de desenvolvimento das atividades e informe se ele ainda existe.	Parte II: Dados sobre os grupos de trabalho com a temática da violência de gênero contra mulheres negras
2. Qual foi sua função nesse grupo?	
3. Descreva as ações de combate à violência de gênero contra as mulheres negras desenvolvidas pelo grupo.	
4. Gostaríamos de ter acesso a mais informações sobre o seu grupo. Você poderia nos informar seu nome, número de telefone e/ou e-mail para uma eventual entrevista?	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Após o término do prazo de resposta do formulário, iniciamos a análise dos dados coletados. Fizemos o *download* da planilha gerada automaticamente pelo *Google Forms* e organizamos um banco de dados com as respostas no *Microsoft Excel*. Para isso, criamos um dicionário das variáveis utilizadas, o que nos ajudou a codificar as informações e a montar as tabelas. No presente estudo os dados foram tratados com o uso do *software* SPSS para analisar as respostas coletadas pelo formulário. Tal programa é amplamente usado nas análises quantitativas e qualitativas e nos oferece ferramentas para manipulação de dados, análise estatística e visualização de informações. Com ele é possível gerar tabelas que envolvem mais de duas variáveis na interpretação dos dados científicos, sendo muito utilizado nas diversas áreas como educação, psicologia, economia, sociologia.

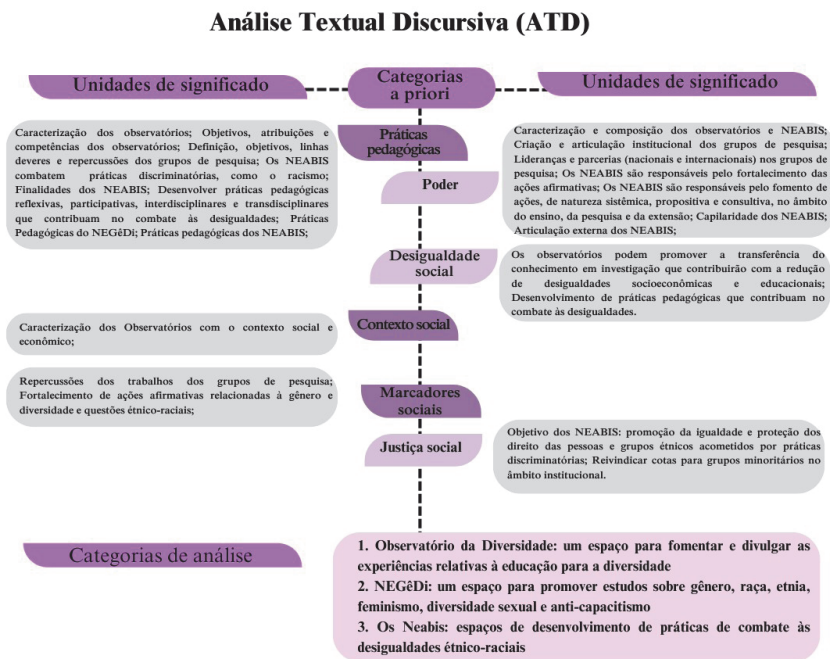
Para a segunda fase de nossa investigação fizemos uma análise documental dos espaços encontrados durante o mapeamento. Para a delimitação da pesquisa aplicamos critérios de escolha com o intuito de selecionar espaços que nos possibilitassem ferramentas para a concretização da pesquisa. Os critérios nos ajudam a entender a relevância e amplitude dos dados que coletamos, além de orientar nossos passos. Sendo assim, adotamos os seguintes critérios de escolha: espaços com históricos de atividades mais consolidadas, ou seja, que tenham realizado eventos ou outras intervenções regulares; espaços com maior número de participação de servidores e estudantes, tendo em vista que isso pode indicar o seu impacto e relevância dentro da instituição; espaços que realizam ações diretamente ligadas à iniciativas institucionais e sistêmicas; e espaços que nos possibilitem maior acessibilidade e disponibilidades na fase das entrevistas, um passo que foi realizado após o mapeamento.

Os três espaços escolhidos para a segunda etapa da pesquisa se destacaram por atenderem a esses critérios quase que simultaneamente, se diferenciando dos outros mapeados por apresentarem maior regularidade de atuação, com histórico de mobilização junto à comunidade escolar, tendo um calendário de eventos consolidado e apresentando uma inserção efetiva nas dinâmicas institucionais. Os espaços escolhidos para serem estudados foram: Grupo de pesquisa Observatório da Diversidade, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade (NEGêDi) e Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEABI). Em pesquisa documental sobre os espaços nos baseamos nos seguintes documentos: Regulamentação dos observatórios institucionais do IFRN (2023); Regulamentação dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2023a); Espelho do observatório da diversidade –

CNPQ (2024); Espelho do NEGêDi – CNPQ (2024); Regimento interno do NEABI (2021).

Sinalizamos que nos utilizamos da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2016) e Moraes (2003) para a consulta dos documentos e desse corpus documental geramos a seguinte análise:

**Figura 2:** ATD dos documentos sobre os espaço escolhidos após o formulário Google



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

A figura 2 apresenta o processo de ATD realizado com base nos documentos ligados aos grupos pesquisados. Organizamos as informações em três partes principais: unidades de significado, categorias a priori e categorias de análise. As unidades de significados expressam os trechos dos textos que tiveram significado para a nossa análise. As categorias a priori incluem elementos como práticas pedagógicas, poder, desigualdade social, contexto social, justiça social e marcadores sociais. Por fim, as categorias de análise se traduzem nos seguintes títulos: *Observatório da Diversidade: um espaço para fomentar e divulgar as experiências relativas à educação para*

a diversidade; *NEGêDi: um espaço para promover estudos sobre gênero, raça, etnia, feminismo, diversidade sexual e anti-capacitismo*; *Os NEABI: espaços de desenvolvimentos de práticas de combate às desigualdade étnico-raciais*. No próximo tópico iremos desenvolver o nosso mapeamento.

#### 4 Os territórios de resistência

Ao todo foram coletadas 66 respostas, vale ressaltar que nem todas as perguntas foram respondidas pelos servidores. Com o auxílio do SPSS cruzamos as variáveis de cargo, outra função e sexo para entender o perfil do servidor que respondeu ao formulário. Além disso, a variável outra função se aplica a cargos de gestão, apoio a gestão, coordenação de cursos, núcleos, comissões, etc.

**Tabela 1** - Distribuição das informações relacionadas ao sexo, se exerce outra função e o cargo que atua no IFRN

Cargo	Não tem outra função		Tem outra função		Total de servidores
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
Téc. Administrativo	12	5	7	5	29
Docente	17	10	6	4	37
Número de pessoas, sexo e outra função	29	15	13	9	66
	44		22		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

As variáveis da tabela 1 foram respondidas por todos os servidores. Na análise do cruzamento de dados, é possível observar que a maioria dos participantes foram docentes, 37 no total, em comparação com 29 técnico-administrativos. Ao cruzar a variável “outra função”, constatamos que 44 participantes não possuem outra função, enquanto 22 possuem. Com a inclusão da variável “sexo”, percebemos que mais docentes mulheres (17) que não tem outra função responderam nosso questionário, o que também se aplica aos técnicos-administrativos, 12 mulheres sem outra função participaram do formulário. Em contrapartida, as técnicas com outra função foram as que mais responderam nosso questionário (7), em contraste com as docentes (6).

Quando consideramos as variáveis sexo, titulação e cargo obtivemos os dados da tabela 2:

**Tabela 2** - Número de servidores, segundo o sexo, titulação e o cargo que atua no IFRN.

Titulação	Mulher		Homem	
	Téc. Administrativo	Docente	Téc. Administrativo	Docente
Ensino médio	1	0	0	0
Pós-graduação	7	0	4	0
Mestrado	9	15	4	6
Doutorado	2	8	2	8
Total de servidores	19	23	10	14
	42		24	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

A tabela 2 apresenta o número de servidores do IFRN que responderam nosso formulário e estão distribuídos por sexo, titulação e cargo. Ao todo obtivemos a resposta de 42 mulheres e 24 homens. Entre as mulheres, 19 são técnico-administrativas e 23 docentes. Entre os homens, 10 são técnico-administrativos e 14 docentes. Ao analisar a titulação/escolaridade, constatamos que existe 1 mulher técnica com ensino médio. No que diz respeito a pós-graduação *lato sensu*, 7 mulheres técnicas responderam e 4 homens técnicos também responderam. Ao olhar para o mestrado temos 9 técnicas e 15 docentes mulheres, em contraste com 4 técnicos e 6 docentes homens. Sobre o doutorado 2 técnicas possuem tal titulação e 8 docentes mulheres também, os docentes homens também foram 8, enquanto os técnicos apenas 2. Sendo assim, a maioria dos servidores que responderam ao formulário possuem mestrado e doutorado e atuam como docentes, tanto entre as mulheres quanto entre os homens. Também é interessante observar que há um maior número de mulheres com titulação de mestrado em cargos de docência quando comparado aos homens. E ao olhar para os técnicos-administrativos, a maioria possui pós-graduação *lato sensu* e mestrado.

Ao cruzar as variáveis *campus* de exercício e cargo geramos a tabela 3:

**Tabela 3** - Número de servidores, segundo o campus de exercício e o cargo que atua no IFRN.

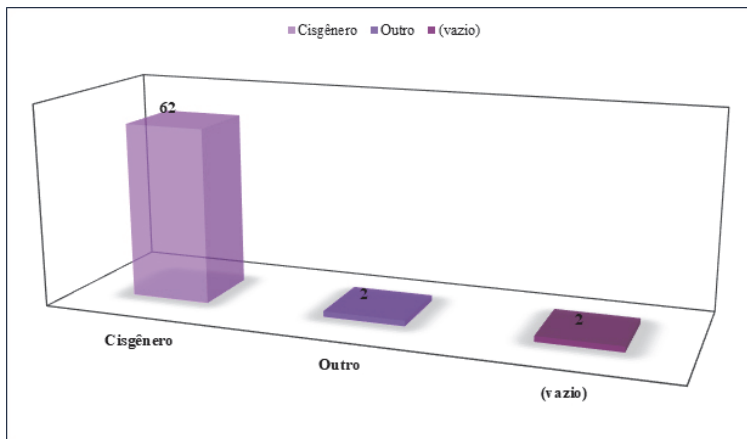
<b>Campus de exercício</b>	Cargo		Número de servidores
	Téc. Administrativo	Docente	
Apodi	0	1	1
Ceará - Mirim	1	3	4
Currais Novos	2	1	3
Ipanguaçu	1	2	3
João Câmara	1	1	2
Lajes	0	3	3
Macau	1	2	3
Mossoró	2	0	2
Natal - Central	10	10	20
Natal - Centro histórico	3	2	5
Natal - Zona Leste	0	3	3
Natal - Zona Norte	1	0	1
Parelhas	1	1	2
Pau dos Ferros	2	2	4
Reitoria	2	1	3
Santa Cruz	0	1	1
São Gonçalo do Amarante	2	2	4
São Paulo do Potengi	0	2	2
<b>IFRN</b>	<b>29</b>	<b>37</b>	<b>66</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

A partir da tabela 3 é possível constatar que há representatividade de docentes de todas as regiões do estado do Rio Grande do Norte, mas a maior concentração de servidores que responderam ao formulário está no *campus* Natal-Central, ou seja, na capital do Estado, com 20 ao todo, divididos igualmente entre os cargos de técnicos-administrativos e docentes. Outros locais com maior número de servidores são o *campus* Natal – Centro Histórico, com 5 no total, sendo 3 técnicos-administrativos e 2 docentes. Seguido de *campi* com valores iguais, 4 no total, como Ceará-Mirim, tendo 1 técnico-administrativo e 3 docentes. Além de Pau dos Ferros e São Gonçalo do Amarante, com a mesma quantidade, mas tendo 2 técnicos-administrativos e 2 docentes em cada. Em lugares como Apodi e Santa Cruz apenas um docente de cada *campus* respondeu e somente 1 técnico-administrativo do Natal – Zona Norte contribuiu.

No que se refere à análise da variável identidade de gênero, constatamos que 62 servidores responderam que são cisgênero, não houve resposta para as opções transgênero e não-binário (a), mas dois responderam “outro” e dois deixaram a resposta vazia. No gráfico 1 representamos as respostas sobre a identidade de gênero:

**Gráfico 1** – Representação sobre a identidade de gênero dos servidores.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Ainda na parte I do nosso formulário duas perguntas demonstraram ser importantes para o andamento da pesquisa, sendo elas: Questão 7 - Você já participou de algum coletivo, espaço de apoio, observatório, núcleo dentre outros espaços no IFRN que trabalhasse com as temáticas de combate à violência de gênero contra mulheres?; Questão 8 - Nesse espaço haviam ações específicas para as mulheres negras? Todos os servidores responderam à pergunta 7 com as opções “sim” ou “não”, mas nem todos responderam a 8 que tratava justamente das ações específicas envolvendo as mulheres negras. Ao cruzar as variáveis participação em espaços e se nesses locais existe alguma ação destinada às mulheres negras construímos a tabela 4:

**Tabela 4** - Número de servidores, conforme a participação em algum espaço, e se nesses espaços existe alguma ação para as mulheres negras.

Participou de algum espaço?	Existe ações para mulheres negras?			Total de servidores
	Deixou sem resposta	Não tem ações específicas	Existe ações específicas	
Não	54	0	0	54
Sim	0	4	8	12
	Número de pessoas entrevistadas			66

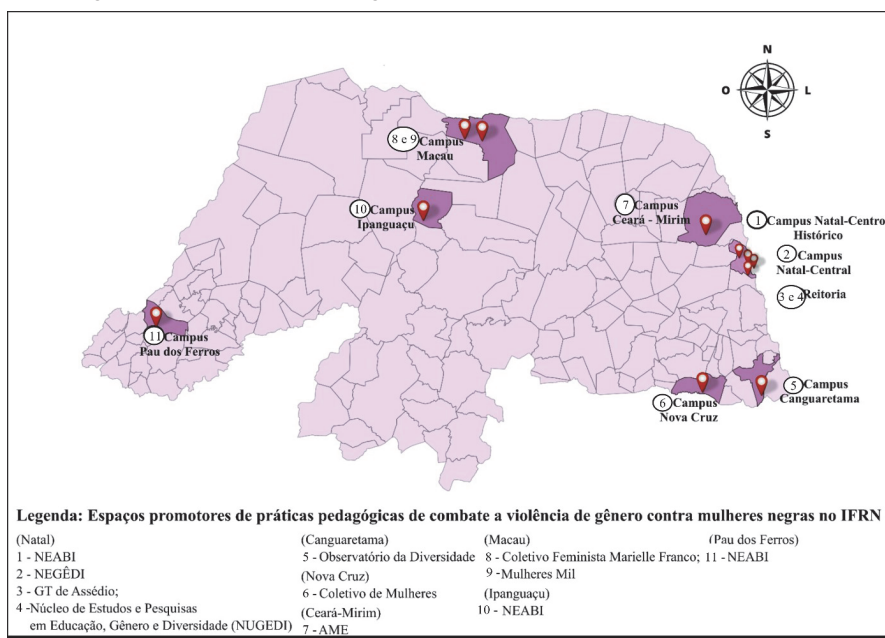
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Como podemos observar na tabela 4, um total de 54 servidores indicaram que não participam de espaços relacionados ao combate da violência de gênero contra as mulheres no IFRN, em contrapartida apenas 12 afirmaram que participaram. Em relação à pergunta sobre as ações específicas para as mulheres negras, recebemos 30 respostas, delas 22 servidores responderam que não há ações, 8 responderam que sim, e 36 deixaram a pergunta em vazio. Na sétima

pergunta, dos 12 servidores que afirmaram participar, apenas 4 disseram que os espaços em que foram participantes não possuem ações. Esses dados sugerem que há uma necessidade de aumentar o engajamento dos servidores do IFRN em espaços que promovam ações específicas para mulheres negras. Mesmo que essas ações específicas estejam presentes em alguns contextos, elas ainda são escassas.

A segunda parte do nosso formulário foi crucial para a pesquisa, tendo em vista que contou com perguntas centradas nos espaços ligados à temática da violência de gênero contra mulheres negras. Nessa etapa podemos mapear os espaços e com esses dados construímos o mapa na figura 3:

**Figura 3:** Mapeamento dos espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra mulheres negras no IFRN.



Fonte: Elaborado a partir da malha municipal de 2022 (IBGE) com base nos dados do formulário Google aplicado na pesquisa em 2024.

Espaços como o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade (NEGÊDi), o Observatório da Diversidade, o Coletivo de Mulheres de Nova Cruz, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e práticas de sala de aula no curso Mulheres Mil em Macaú foram citados no formulário. Além disso, recebemos a indicação de servidores e alunos que conheciam outros espaços não identificados na nossa varredura, como o AME, Coletivo Feminista Marielle Franco, GT de Combate ao Assédio e os Núcleos de Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade (Nugedis). No próximo tópico, definimos os espaços investigados e analisamos seus respectivos documentos.

O formulário Google nos possibilitou identificar os espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero do IFRN. A partir da varredura, pudemos mapear esses espaços e ampliando nosso olhar, conhecer melhor as práticas pedagógicas. No quadro 2, detalhamos aquelas que foram identificadas por meio de nossa varredura:

**Quadro 2** - Espaços e práticas pedagógicas mapeadas ao longo da pesquisa.

ESPAÇOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS MAPEADAS PELO FORMULÁRIO GOOGLE		
ESPAÇOS	CAMPUS	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
NEABI	Pau dos ferros	Palestras, ciclos de debates e atividades em julho relativas ao protagonismo da mulher negra.
NEABI	Não informa o <i>campus</i> , mas sabemos que o servidor que respondeu o formulário é do <i>campus</i> Natal - Centro Histórico	Leituras, curso da ENAP, Exposição de Arte Femicídio, com palestras proferida por psicóloga. Exposição Abya Yala com mediação e crítica relacionada a povos originários
NEGêDi	CNAT	<b>1ª RESPOSTA:</b> Eventos Julho das Pretas, Semana do Ativismo Negro, Dia da Consciência Negra; <b>2ª RESPOSTA:</b> Letramento étnico-racial e atividades extensionistas.
Observatório da Diversidade	Canguaretama	<b>1ª RESPOSTA:</b> as pesquisas dos integrantes estão voltadas às questões de gênero, raça e classe; <b>2ª RESPOSTA:</b> As ações são do tipo acadêmico-formativas acerca da temática.
Encontro pedagógico e NEABI	Não informa o <i>campus</i> , mas sabemos que o servidor é de Ipanguaçu	Palestras.
Coletivo de mulheres	Nova Cruz	Não descreve as ações, apenas diz: não especificamente para mulheres negras
O espaço de sala de aula da disciplina de Gênero feminino, Educação e trabalho ministrada por uma servidora no Curso de digitadora de computador (Mulheres Mil 2023.2, 2024.1 e 2024.2)	Não informa o <i>campus</i> , mas sabemos que a servidora é de Macau	Debate e conscientização acerca das diferentes violências contra a mulher e que se intensifica quando é mulher negra, transgênica e entre outras subjetividades identitárias que se interligam e intensificam as violências: a exemplo das intersecções em que dois, três ou quatro eixos acabam se cruzando e causando mais desrespeitos, discriminação, racismo, homofobia, lesbofobia e etc.
ESPAÇOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS MAPEADAS POR INDICAÇÃO		
ESPAÇOS	CAMPUS	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
AME	Ceará-Mirim	Realização de mesas redondas, rodas de conversa, ocupações de espaço em atividades pelo campus como o Rompendo silêncios no IFRN, Evento Março Mulher, plenárias.
Coletivo Feminista Marielle Franco	Macau	Sem informações
GT de combate ao Assédio	Reitoria	Sem informações
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade (Nugedi)	Cada campus terá um núcleo	Sem informações

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Mapeamos as práticas pedagógicas identificadas com base no formulário Google e por indicação. Sobre essa primeira, diagnosticamos os seguintes espaços: três pessoas sinalizaram o NEABI como um espaço de combate à violência de gênero contra mulheres negras, um está localizado no *campus* Pau dos Ferros e os outros dois não informaram a localização do Núcleo, mas sabemos que os servidores são do *campus* Natal - Centro Histórico e Ipangaçu. Além desses, o NEGêDi (*campus* CNAT), o Observatório da Diversidade (*campus* Canguaretama), o Coletivo de mulheres (*campus* Nova Cruz) e as práticas pedagógicas de uma docente do *campus* Macau na disciplina de Gênero feminino, Educação e trabalho ministradas no Curso de digitadora de computador (Mulheres Mil 2023.2, 2024.1 e 2024.2) também foram descritas no formulário. Sobre os espaços mapeados por indicação, detectamos os seguintes grupos: Rede de Apoio a Meninas Estudantes (AME) que é um coletivo feminista do *campus* Ceará-Mirim; o Coletivo Feminista Marielle Franco (*campus* Macau), o Grupo de Trabalho (GT) sobre Assédio e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Diversidade (Nugedi).

Nos próximos subtópicos realizaremos a análise documental de 3 (três) dos territórios de resistência, sendo eles, o Observatório da Diversidade, o NEGêDi e os NEABI.

### ***Observatório da Diversidade: um espaço para fomentar e divulgar as experiências relativas à educação para a diversidade***

O Observatório da Diversidade se enquadra como Observatório e grupo de pesquisa, tendo em vista que está cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil no CNPQ. Para estudar esse espaço recorreremos à *Regulamentação dos observatórios institucionais do IFRN (2023a)*, *Regulamentação dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2023b)*; e ao espelho do grupo coletado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No IFRN os observatórios são estruturas institucionais que produzem e tratam dados, cuja articulação é caracterizada por ser participativa, democrática e destinada à discussão em atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação que devem estar de acordo com o que é defendido no PDI e no PPP da instituição. Devem priorizar o desenvolvimento econômico e social e o avanço científico e tecnológico do conhecimento. Além disso, seu objetivo está circunscrito à realização de investigações que são capazes de subsidiar esferas públicas e privadas, assim como a sociedade em geral

para que se transfira conhecimento para as decisões que contribuem com a redução das desigualdades tanto socioeconômicas quanto educacionais.

A composição dos observatórios se dá por servidores e estudantes dos IFRN, pesquisadores representantes de instituições públicas e privadas externas. Sua criação deve ser orientada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), sendo criado por meio de processo via SUAP<sup>3</sup>.

Como o Observatório da Diversidade também se enquadra como um grupo de pesquisa, consultamos a regulamentação dos grupos do IFRN que define que tais espaços podem ser chamados de núcleos de pesquisa e correspondem a um conjunto de sujeitos que desenvolvem pesquisas científicas com base em um interesse em comum em sua área de atuação e são legitimados pelo cadastro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, e certificados pela PROPI do IFRN. Em seu artigo terceiro identificamos os objetivos dos grupos:

- I. Fortalecer a política institucional de pesquisa científica;
- II. Organizar grupos de pesquisadores em suas atividades de estudo e pesquisa em torno de linhas de pesquisa;
- III. Estimular o envolvimento de servidores e estudantes em atividades de pesquisa na instituição;
- IV. Captar recursos por meio de parcerias para a realização de pesquisas da instituição;
- V. Fortalecer áreas temáticas de pesquisa científica e tecnológica da instituição (IFRN, 2023b, p.1).

Os grupos de pesquisa são formados por linhas de pesquisa e são monitorados pela PROPI e pelas Diretorias ou Coordenações de Pesquisa e Inovação do *campus* de lotação do seu primeiro líder. Além disso, eles são formados por dois líderes (servidores efetivos com título de doutor e produção científica na área do grupo), pesquisadores, colaboradores estrangeiros, técnicos e estudantes. É dever de todos os membros dos grupos de pesquisa a integração entre ensino, pesquisa e extensão nos projetos dos grupos, o desenvolvimento de atividades de pesquisa nos planos

---

3 O SUAP é um sistema criado pela equipe de desenvolvimento da Coordenação de Sistemas de Informação (Cosinf) da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do IFRN e tem como intuito trabalhar na gestão dos processos administrativos e acadêmicos da instituição (Portal do IFRN, 2025).

de atividades, atualização do currículo *lattes* indicando as produções feitas no grupo e participação nas reuniões.

Segundo o espelho do Observatório da Diversidade, o grupo teve o início de sua formação em 2014, seus líderes são os professores Flávio Rodrigo Freire Ferreira e Avelino Aldo de Lima Neto, tendo como *campus* de origem a unidade de Canguaretama do IFRN. Sua área predominante é Ciências Humanas e Antropologia. O espelho aponta que o objetivo do grupo é:

agregar, fomentar e divulgar experiências, relacionadas à educação para a diversidade, sob os diferentes aspectos, além de apoiar, fomentar e assessorar grupos de investigações, projetos de ensino, pesquisa e extensão, cursos de formação inicial e continuada no que diz respeito às políticas, gestão, currículos, práticas pedagógicas e tecnologias educacionais. O grupo possui um trabalho de pesquisa considerado de alto alcance no estado do RN (Espelho do Observatório da Diversidade, 2025).

O Observatório da Diversidade é composto por duas linhas de pesquisa: *Corpo, subjetividades e estéticas da existência*, formada por um quantitativo de 11 estudantes e 20 pesquisadores e *Política, direitos e etnicidades*, tendo um quantitativo de 2 estudantes e 15 pesquisadores. O grupo conta com membros com titulações diversas, desde graduação, mestrado e doutorado. Além disso, também é composto por colaboradores estrangeiros provenientes da Université de Montpellier 1 (UM1), Université Jean Monnet SaintEtienne (UNIV-St ETIENNE) e outras instituições brasileiras como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). Segundo o espelho o quantitativo de participantes por formação acadêmica é o seguinte:

**Tabela 5** - Quantidades de membros do Observatório da Diversidade por formação acadêmica.

Formação acadêmica	Pesquisadores	Estudantes	Técnicos	Colaboradores estrangeiros	Total
Doutorado	27	6	0	4	37
Mestrado	6	2	1	0	9
Mestrado profissional	2	0	2	0	4
Graduação	0	1	0	0	1
Outros	0	4	0	0	4

Fonte: Adaptado do espelho do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ (2024).

Com base nas informações retiradas do espelho do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, no ano de 2024, o Observatório da Diversidade possui um quantitativo de membros com doutorado formado por 27 pesquisadores, 6 estudantes e 4 colaboradores estrangeiros, totalizando 37 participantes. Sobre a formação de mestrado são 6 pesquisadores, 2 estudantes e 1 técnico, o que corresponde a 9 participantes. Sobre o mestrado profissional são 2 pesquisadores e 2 técnicos. Na graduação existe 1 estudante. Compreendemos, no entanto, que o espelho do grupo, não apenas deste, mas dos demais, reflete um momento específico, pois há um fluxo constante de pesquisadores e estudantes que perpassa o grupo conforme os projetos em desenvolvimento.

O grupo foi diagnosticado em nossa varredura com base no formulário Google, dois membros do Observatório da Diversidades responderam as questões e ao pedir sobre a descrição das ações de combate à violência de gênero contra as mulheres negras desenvolvidas pelo grupo identificamos suas práticas pedagógicas pela realização de ações do tipo acadêmico-formativas acerca das temáticas e de pesquisas sobre as questões de gênero, raça e classe realizadas pelos integrantes.

### ***NEGêDi: um espaço para promover estudos sobre gênero, raça, etnia, feminismo, diversidade sexual e anti-capacitismo***

Como falamos anteriormente sobre a constituição dos grupos de pesquisa nos documentos institucionais, partiremos para a análise do NEGêDi no espelho retirado do site do CNPq. Este é um grupo de pesquisa do *Campus Natal-Central* formado em 2013, suas líderes são as professoras Maria do Socorro da Silva e Euza Raquel de Sousa. A área predominante em que ele está situado é Ciências Humanas e Educação

O NEGêDi promove estudos e pesquisas na área da educação com foco nas questões de gênero, raça, etnia, feminismo, diversidade sexual e anti-capacitismo. Constitui-se espaço dialógico e formativo que congrega discussões sobre gênero em um viés interseccional, transversal e multidisciplinar vinculados a práxis educativa, pautados nas experiências advindas dos movimentos sociais, políticas públicas, direitos humanos, educação popular e dos saberes e práticas das comunidades tradicionais. Promove ainda, bianualmente, o SEGEDI, Seminário sobre Gênero, Educação e Diversidade que congrega estudantes, profissionais e ativistas em torno de temas de atuação no Núcleo; realiza, ainda, ações formativas de cunho socioeducativa e culturais no campo extensionista com mulheres em comunidades urbanas e tradicionais do

Rio Grande do Norte, articulando e fortalecendo saberes, conhecimentos e tradições na perspectiva de garantia de seus direitos (Espelho do NEGêDi, 2024).

O NEGêDi é composto por três linhas de pesquisa *Educação, Inclusão, Currículo, Gênero e Diversidade*, formada por um quantitativo de 4 estudantes e 4 pesquisadores; *Gênero, Memória, Cultura e Diversidade* tendo um quantitativo de 8 estudantes e 4 pesquisadores; e *Gênero, Política, Trabalho e Educação* com 3 estudantes e 4 pesquisadores. O grupo conta com colaboradores estrangeiros provenientes da República Popular de Moçambique e com instituições parceiras brasileiras como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP) situada em Pernambuco. Segundo o espelho o quantitativo de participantes por formação acadêmica é o seguinte:

**Tabela 6** - Quantidades de membros do NEGêDi por formação acadêmica.

<b>Formação acadêmica</b>	<b>Pesquisadores</b>	<b>Estudantes</b>	<b>Técnicos</b>	<b>Colaboradores estrangeiros</b>	<b>Total</b>
Doutorado	6	1	0	1	8
Mestrado	3	1	2	0	6
Especialização	1	0	1	0	2
Graduação	2	1	0	0	3
Ensino Médio (2º grau)	0	6	1	0	7
Outros	0	6	0	0	6

Fonte: Adaptado do espelho do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ (2024).

Diante das informações retiradas do espelho do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ, o NEGêDi é formado por um quantitativo dos seguintes membros com doutorado: 6 pesquisadores, 1 estudantes e 1 colaboradores estrangeiros, totalizando 8 pessoas. Sobre a formação de mestrado são 3 pesquisadores, 1 estudante e 2 técnicos, o que corresponde a 6 participantes. Com especialização existe 1 pesquisador e 1 técnico. Na graduação existem 2 pesquisadores e 1 estudante. E no ensino médio há 6 estudantes e 1 técnico.

No formulário *Google* duas pessoas apontaram o NEGêDi como um espaço de combate à violência contra a mulher negra e identificaram algumas de suas práticas pedagógicas como o Evento Julho das Pretas, Semana do Ativismo Negro, o Dia da Consciência Negra, o letramento étnico-racial, e atividades extensionistas.

## **Os NEABI: espaços de desenvolvimentos de práticas de combate às desigualdades étnico-raciais**

O regimento interno do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) (IFRN, 2021, p. 2) define o espaço como “um grupo de trabalho e estudo permanente responsável pelo fortalecimento das ações afirmativas e por fomentar ações, de natureza sistêmica, propositiva e consultiva, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão”. Seu principal objetivo está ligado à promoção de ações vinculadas às questões de “igualdade e proteção dos direitos das pessoas e grupos étnicos acometidos por práticas discriminatórias, como o racismo, através de ações de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e à legislação correlata” (IFRN, 2021, p. 3).

Uma das finalidades do NEABI é a expansão de sua capilaridade e fortalecimento pelos *campi* do IFRN, assim como a sua articulação com organizações, fóruns, associações e representações da sociedade civil que dialoguem com as temáticas étnico-raciais, além disso, também visa promover a produção de materiais didáticos sobre essa temática, reivindicar as cotas para grupos minoritários, divulgar estudos e atividades de formação continuada sobre relações étnico-raciais, apoiar capacitações e assessoramento técnico para povos de territórios e comunidades tradicionais. Também se compromete com o incentivo à criação de programas de pós-graduação e de formação continuada que estejam em diálogo com a educação das relações étnico-raciais. Outras iniciativas estão relacionadas ao desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas, interdisciplinares e transdisciplinares que contribuam no combate às desigualdades.

O NEABI IFRN é constituído por servidores docentes e técnicos-administrativos, estudantes da instituição e integrantes de comunidades externas que tenham interesse em estudos da temática das relações étnico-raciais. Ele se estrutura em um núcleo central que está vinculado à diretoria pedagógica da Pró-reitoria de ensino e aos núcleos locais situados em cada *campus* do IFRN vinculados às diretorias acadêmicas ou de ensino dos *campi*. Os núcleos são compostos por um coordenador, um vice-coordenador, secretários e membros representantes das equipes técnicas, docentes, discente e comunidades externas.

Três pessoas apontaram os NEABI como um espaço de combate à violência de gênero contra mulheres negras no IFRN, as práticas pedagógicas identificadas em suas respostas foram realização de palestras, ciclos de debates, atividades em julho relativas ao protagonismo da mulher negra, leituras, curso da ENAP, Exposição de Arte Femicídio e a Exposição Abya Yala.

## 5 Considerações de esperança: assentar e semear a resistência no território da EPT

E acredito, acredito sim  
que os nossos sonhos protegidos  
pelos lençóis da noite  
ao se abrirem um a um  
no varal de um novo tempo  
escorrem as nossas lágrimas  
fertilizando toda a terra  
onde negras sementes resistem  
reamanhecendo esperanças em nós  
(Evaristo, 2017, p. 13).

A escritora Conceição Evaristo elabora o relato da resistência negra no poema que usamos como epígrafe a estas considerações finais. Ela demonstra como as lágrimas dos negros se tornaram sementes da resistência e da esperança. Retomemos também a obra *Assentamento nº 3*, em que, do corpo feminino negro brotam galhos que dão vida a uma árvore azul. Dessa mulher negra, marcada pela violência, nascem galhos de esperança. Para essas mulheres, assentar um espaço como a EPT, comumente percebido como masculino, requer estratégias coletivas e políticas de cuidado. Os grupos identificados nesta investigação apontam caminhos para a construção de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra as mulheres negras em um ambiente tradicionalmente masculino: uma instituição de educação profissional.

É necessário que, no solo da EPT, se construam territórios de resistência que possibilitem a reflexão sobre a temática da violência, que acolham essas mulheres e contribuam com sua permanência e êxito. A escola precisa se organizar coletivamente para produzir um território mais fecundo e seguro, capaz de receber dignamente as mulheres negras vítimas de violência.

Com base em nossa varredura, mapeamos nove espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra as mulheres negras no IFRN. Dentre eles, selecionamos três para investigação documental, o Observatório da Diversidade, o NEGêDi e os NEABI. Os critérios de escolha foram os espaços com históricos de atividades mais; espaços com maior número de participação de servidores e estudantes; espaços que realizam ações diretamente ligadas à iniciativas institucionais e sistêmicas; e espaços que nos possibilitassem maior acessibilidade e disponibilidades

na fase das entrevistas, um passo que foi realizado após o mapeamento, no âmbito da pesquisa de doutora, na qual o presente artigo faz parte.

Ainda que a EPT seja um território de disputa, atravessado por um projeto de sociedade que tenta conformar os sujeitos com base na realidade dada (Araujo; Rodrigues, 2010), em que a violência de gênero contra a mulher negra é muitas vezes semeada e naturalizada, configurando esse espaço como solo hostil para as mulheres, mesmo assim, acreditamos que esse território pode ser fertilizado por sementes de justiça e de afeto, podendo se tornar um campo de replantio, onde floresçam novas possibilidades e melhorias para a condição existencial da mulher negra. Enxergamos os espaços mapeados como territórios de resistência, onde sementes de esperança podem ser cultivadas. Eles representam a possibilidade de construção de um espaço escolar mais digno e justo para as mulheres negras, cujas vivências estão marcadas pelas intersecções entre o racismo e o sexismo.

Não almejamos romantizar essas vivências, pelo contrário, procuramos dar visibilidade às violências sofridas no cotidiano escolar. Ao identificar e analisar os espaços promotores de práticas pedagógicas de combate à violência de gênero contra mulheres negras, queremos também identificar as formas de resistência e de esperança que emergem desses espaços coletivos, para que assim possamos apontar caminhos possíveis para a construção de um território escolar mais acolhedor e seguro para a vida dessas mulheres.

Talvez, como nos ensina Conceição Evaristo (2017), estejamos acreditando em um sonho, ter um território escolar mais digno e justo para as mulheres negras. Sonhamos também que essa escola seja, de fato, uma terra fértil. Preferimos nos apropriar desse sonho e da esperança, acreditando que esses espaços estudados cultivam a resistência e que sejam capazes de transformar, mesmo que minimamente, uma instituição marcada pelas dores das mulheres negras, dores cujas lágrimas fertilizaram a terra semeando a resistência de nossa esperança.

## Referências

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. DOI: 10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Disponível em: <https://bitly.com/ITAgHyMnC>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 51–63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 20 jun. 2025.

COSTA, Maria Carolina Xavier da. **Nossas preciosas: violência de gênero, práticas pedagógicas e acolhimento de mulheres estudantes no Ensino Médio Integrado no IFRN**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2022.

COSTA, Maria Carolina Xavier da; LIMA NETO, Avelino Aldo de. “Eu já fui invadido o máximo que pude” ou sobre como despedalar uma Rosa: notas sobre a violência de gênero sofrida por uma aluna do Ensino Médio Integrado do IFRN. In: ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; BATTESTIN, Cláudia; KUHN, Martin (Orgs.). **O que pode, afinal, o conhecimento em educação?: produzir conhecimento e inventar outros mundos**. Chapecó: Argos, 2024. p. 45–69.

COSTA, Maria Carolina Xavier da; LIMA NETO, Avelino Aldo de; THOMAS, Julie. “Qual o valor de uma aluna?”: Ausências e presenças institucionais no acolhimento a estudantes vítimas de violência de gênero no IFRN. **ScientiaTec**, v. 11, n. 2, p. 83–103, 2024. DOI: <https://doi.org/10.35819/zckwsn12>. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/6557>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CNPAQ. **Espelho do Observatório da Diversidade**. Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5832257900630547](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5832257900630547). Acesso em: 12 jan. 2025.

CNPQ. **Espelho do NEGÊDI**. Disponível em: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1147385315306229](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1147385315306229). Acesso em: 12 jan. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FIORAVANTI, Tábata dos Santos; BRANCHER, Vantoir Roberto. Questões de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Ensin@ UFMS**, Três Lagoas, v. 3, n. 7, p. 225–244, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.55028/revens.v3i7.16547>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/16547>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534–551, set./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>. Disponível em: <https://bitly.com/RwspNomcY>. Acesso em: 03 nov. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento interno do NEABI**. Natal: IFRN, 2021. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/documents/16822/Regimento-Neabi.pdf>. Acesso em: 03. jan. 2025

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regulamentação dos observatórios institucionais do IFRN**. Natal: IFRN, 2023a. Disponível em: [https://portal.ifrn.edu.br/documents/6060/Regulamenta%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_observat%C3%B3rios\\_institucionais\\_do\\_IFRN.pdf](https://portal.ifrn.edu.br/documents/6060/Regulamenta%C3%A7%C3%A3o_dos_observat%C3%B3rios_institucionais_do_IFRN.pdf). Acesso em: 03 jan. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Regulamentação dos grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. Natal: IFRN, 2023b. Disponível em: [https://portal.ifrn.edu.br/documents/1319/resolu%C3%A7%C3%A3o\\_04-2023.pdf](https://portal.ifrn.edu.br/documents/1319/resolu%C3%A7%C3%A3o_04-2023.pdf). Acesso em: 03 jan. 2025.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p.191-211, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>. Disponível em: <https://bityli.com/CrAKPjiQY>. Acesso em 25 ago. 2022.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 01, p. 117-128, abr. 2016.

PAULINO, Rosana. **Assentamento nº 3**. 2012. Litografia a cores sobre papel. Museu Afro Brasil Emanuel Araujo, São Paulo.

PORTAL DO IFRN. **SUAP**. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/tecnologia-da-informacao/servicos/suap/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SAUERESSIG, Gislaine Gabriele; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: violências de gênero e suas (re) configurações em uma racionalidade neoliberal associada ao conservadorismo fascista. **Educação**, Santa Maria, v. 49, p. 1-26, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644468759>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SAUERESSIG, Gislaine Gabriele; PRATES, Daniela Medeiros de Azevedo. Trajetórias juvenis e violências de gênero: um olhar sobre jovens-alunas e suas experiências no ambiente escolar e acadêmico. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.111235. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111235>.  
Acesso em: 20 jun. 2025.

VEIGA, Ilma Passos A. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática**. 13 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em março de 2026.